



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Departamento de Edificações
Divisão de Conservação e Reparos

Termo de Referência - NOVACAP/PRES/DE/DEDI/DICOR

TERMO DE REFERÊNCIA - REV 1

COMPRAS

COTAÇÃO ELETRÔNICA

(Processo Administrativo n.º 00112-00018042/2021-08.)

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP
C.N.P.J	00.037.457.0001-70
ENDEREÇO:	Setor de Áreas Públicas Sul Lote "B"

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para de fornecimento de 18 (dezoito) **Reservatórios Gradeados com capacidade 1.000 L**, para uso nas atividades da Companhia, de acordo com as especificações contidas no processo SEI nº 00112-00018042/2021-08.

Das especificações Técnicas do Objeto: **Reservatórios Gradeados**, fabricado em material: PEAD (Polietileno de alta densidade e peso Molecular), Porta-paleta em aço (IBC), Reservatório com graduação e tampa roscada, capacidade 1.000 L, Tampa roscada 6" / com adaptador para tubo ou registro com rosca 2", homologado e Certificado pelo INMETRO, fabricado em material Rígido, garrafa Cor: branca translúcida, grade reforçada, paleta metálico, tampa 150 mm, válvula 2" anti estática com aterramento, rosca grossa padrão American Standard (NPT macho), para uso nas atividades desempenhadas por esta Companhia, **conforme condições, quantidades e exigências** estabelecidas no Termo de Referência - Processo SEI nº 00112-00018042/2021-08.

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
1	Reservatórios Gradeados: Fabricado em material: PEAD (Polietileno de alta densidade e peso Molecular), Porta-paleta em aço (IBC), Reservatório com graduação e tampa roscada, capacidade 1.000 L, Tampa roscada 6" / com adaptador para tubo ou registro com rosca 2", homologado e Certificado pelo INMETRO, fabricado em material Rígido, garrafa Cor: branca translúcida, grade reforçada, paleta metálico, tampa 150 mm, válvula 2" anti estática com aterramento, rosca grossa padrão American Standard (NPT macho).	Unidade	18

Dimensões:		
Altura Grade (A) - 1045 mm		
Altura Palete (H) - 120 mm		
Comprimento (C) - 1200 mm		
Largura (L) - 1000 mm		
Capacidade:		
Capacidade Nominal - 1000 Litros		
Capacidade Total - 1055 Litros		

3. QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO:

3.1 O quadro resumo abaixo foi preenchido de acordo com as informações e elementos técnicos obtidos pelo DICOR/DE, junto às áreas demandantes da Companhia.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de 18 (dezoito) Reservatórios Gradeados , fabricado em material: PEAD (Polietileno de alta densidade e peso Molecular), Porta-palete em aço (IBC), Reservatório com graduação e tampa roscada, capacidade 1.000 L, Tampa roscada 6" / com adaptador para tubo ou registro com rosca 2", homologado e Certificado pelo INMETRO, fabricado em material Rígido de acordo com ABNT NBR 15594, garrafa Cor: branca translúcida, grade reforçada, palete metálico, tampa 150 mm, válvula 2" anti estática com aterramento, rosca grossa padrão American Standard (NPT macho), para uso nas atividades da Companhia.				
De natureza comum	SIM	X	NÃO	
De prestação continuada	SIM		NÃO	X
Eminentemente intelectual	SIM		NÃO	X
Possui inovação tecnológica ou técnica	SIM		NÃO	X
De Tecnologia da informação	SIM		NÃO	X
Possui mão de obra exclusiva	SIM		NÃO	X
JUSTIFICATIVA: <p>A contratação do referido objeto se justifica para atender as necessidades da NOVACAP e Programas vigentes. Esta Companhia executa obras, intervenções e manutenções em mobiliários urbanos, Edificações Publicas, Feiras Permanentes e correlatas em todo Distrito Federal através de mão de obra própria.</p> <p>Considerando também o lançamento do Programa Cidade Sempre Viva, onde a Novacap irá atuar na execução e coordenação no serviços de zeladoria de todas Regiões Administrativas do Distrito Federal.</p> <p>Deste modo, existem diversas frentes de trabalho espalhadas por todo Distrito Federal, contemplando a execução de calçadas, manutenção e instalação de meio-fios, manutenção de quadras poliesportivas e parques infantis, instalação e manutenção de PEC's, entre outros.</p> <p>Portanto, buscando o principio da sustentabilidade ambiental com reflexo também na economicidade da contratação, aliado a melhores práticas ambientais e também a melhor eficiência na prestação dos</p>				

serviços, se faz necessário a aquisição dos itens supramencionados.

Conforme demanda o Art. 18, INCISO VI do regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP:

1 - os objetos deste Termo de Referência possuem **natureza comum**, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Edital de licitação mediante especificações usuais do mercado.

A técnica envolvida nestes serviços é conhecida, dominada e oferecida pelo mercado do objeto ofertado, de forma que permite a sua descrição de forma objetiva no Edital, incluindo características, quantidades e qualidades padronizadas;

2 - os objetos deste Termo de Referência **não são de prestação continuada**, pois em sua essência não interferem na integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente, tampouco são responsáveis por manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. (TCU. Acórdão nº 132/2008 - Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.)

3 - os objetos da presente contratação não são eminentemente intelectuais e nem são de Tecnologia da informação, visto que se trata da **execução de objetos comuns**.

4 - **não se trata de contratação de mão de obra exclusiva**.

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	
Definida	X
JUSTIFICATIVA: Trata-se de quantidade definida com base na necessidade dos setores da NOVACAP, conforme pesquisa realizada, para aquisição dos reservatórios gradeados, portanto a demanda deve ser considerada como DEFINIDA , sem previsão de variações.	

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM		NÃO	X
JUSTIFICATIVA: Trata-se de demanda a ser executada por empresa única, sem necessidade de fracionamento por lotes, cujo fornecimento será de acordo com as demandas e necessidades da Companhia				

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM		NÃO	X
PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SIM	X	NÃO	
JUSTIFICATIVA: A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações comuns é, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado. Além do que, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de				

consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios.

REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por preço unitário

Empreitada por preço global

X

Contratação semi-integrada

JUSTIFICATIVA: Adota-se a empreitada por preço global quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados.(Acórdão TCU n.º 1.977/2013-Plenário)

MODO DE DISPUTA

Aberto

X

Fechado

Combinado

JUSTIFICATIVA: Objetivando maior transparência e ampliação da competitividade para o certame.

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO - ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO

R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais).

JUSTIFICATIVA: Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. (grifo nosso). Assim sendo, justifica-se a publicidade do valor estimado, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Menor preço (por lote)

X

Maior desconto

Melhor combinação de técnica e preço

Melhor técnica

Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
JUSTIFICATIVA: Visto que o Termo de Referência e o Edital já apresentam critérios mínimos de qualificação técnica/operacional e demais condições que são suficientes para comprovar a capacidade técnica/operacional da empresa a ser contratada, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço global é o mais adequado.	

REAJUSTAMENTO
Não será permitido o reajustamento de preços no prazo de vigência do Contrato, prevalecendo o valor final adjudicado, salvo em casos supervenientes.

4. FUNDAMENTO LEGAL

4.1 A aquisição do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal disposto no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

4.2 O princípio da legalidade impõe a atuação restrita aos limites da Lei, sendo regra a licitação para aquisição de bens e serviços, de modo a proporcionar tratamento igualitário entre os licitantes e se obter a oferta mais vantajosa para a Administração.

5. JUSTIFICATIVA

5.1 A contratação do referido objeto se justifica para atender as necessidades da NOVACAP e Programas vigentes. Esta Companhia executa obras, intervenções e manutenções em mobiliários urbanos, Edificações Públicas, Feiras Permanentes e correlatas em todo Distrito Federal através de mão de obra própria.

Considerando também o lançamento do Programa Cidade Sempre Viva, onde a Novacap irá atuar na execução e coordenação no serviços de zeladoria de todas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Deste modo, existem diversas frentes de trabalho espalhadas por todo Distrito Federal, contemplando a execução de calçadas, manutenção e instalação de meio-fios, manutenção de quadras poliesportivas e parques infantis, instalação e manutenção de PEC's, entre outros.

Portanto, buscando o princípio da sustentabilidade ambiental com reflexo também na economicidade da contratação, aliado a melhores práticas ambientais e também a melhor eficiência na prestação dos serviços, se faz necessário a aquisição dos itens supramencionados.

6. DOCUMENTOS TÉCNICOS

- 6.1. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
- 6.2. Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap;
- 6.3. Termo de Referência.

7. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

7.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de 18 (dezoito) **Reservatórios Gradeados**, fabricado em material: PEAD (Polietileno de alta densidade e peso Molecular), capacidade 1.000 L, Tampa roscada 6" / com adaptador para tubo ou registro com rosca 2", homologado e Certificado pelo INMETRO, fabricado em material Rígido.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

8.1. Trata-se de objeto comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, **na modalidade cotação em sua forma eletrônica**.

8.2. Destaca-se que esta licitação é exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos do inciso I, do art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006, previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Tendo como base o pedidos de aquisição através do Memorando n.º 66266210 e Documento de Oficialização de Demanda (Doc SEI GDF nº 69168495), constante no processos SEI. n.º (00112-00018042/2021-08), os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

9.1.2. Após o fornecimento do objeto, em caso de constatação de defeitos, vícios ou necessidade de substituição ou correções, a contratada deverá promover a correção ou substituição do mesmo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a formalização;

9.1.3. A contratação proposta é de fornecimento de material.

9.1.4. Deverão ser adotados critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016

10. VISTORIA TÉCNICA

10.1. Não há necessidade de vistoria técnica.

10.2. Da entrega dos produtos:

Os materiais descritos no **item 1** deverão ser entregues no Almoxarifado/DIMAE/DA, ENDEREÇO: Setor de Áreas Pública Lote B- CEP: 71.215-000 - Brasília-DF, em até **30 (trinta) dias** após a data da assinatura do contrato; CNPJ-000037.457/0001-70, HORÁRIO: 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00h.

O dia e o horário para entrega dos equipamentos deverão ser agendados previamente com o chefe da **DIMAE/DEMAP/DA**, por meio do telefone (61) 3403-2695.

11. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1. Para efeito de recebimento definitivo do objeto a **CONTRATADA** deve apresentar nota/fiscal do fornecimento, em uma única via, emitida e entregue ao setor responsável pela fiscalização do contrato, com a finalidade de subsidiar a liquidação e o pagamento. **O DEMAP/DA**, definirá o empregado responsável para representar a CONTRATANTE, responsável pelo recebimento definitivo com a devida nomeação formal.

11.2. Toda e qualquer comunicação entre o órgão e o contratado deverá ocorrer de maneira formal, admitindo-se mensagens eletrônicas, devidamente acostadas aos autos;

11.3. A forma de aferição da conformidade do material entregue será de responsabilidade da área demandantes (**GAB/PRES**) em conjunto com a **DIMAE/DEMAP/DA**, e posterior atesto do material recebido.

12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

12.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA, o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução desta aquisição, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos; no que couber.

12.2. A CONTRATADA, deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução da aquisição não decorra qualquer degradação ao meio ambiente; no que couber.

12.3. A CONTRATADA, deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação; no que couber.

12.4. A CONTRATADA, deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa n.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber.

12.5. Deverão ser adotados critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016.

13. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega do material, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.4. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição do material, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

13.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

13.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato;

13.7. Cientificar o órgão superior da Novacap, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

13.8. Arquivar, entre outros documentos, termos de garantia e outros certificados, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do material e notificações expedidas.

13.9. Emitir Nota de Empenho;

13.10. Receber o objeto da aquisição, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;

13.11. Solicitar o reparo, a correção, a remoção a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

13.12. Efetuar o pagamento devido pela entrega dos bens, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigência do contrato.

14. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da **CONTRATANTE**, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde serão entregues os objetos contratados;

14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objetos efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções ;

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à entidade contratante, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da entrega do objeto, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

14.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.6. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto deste contrato.

14.7. É de responsabilidade da empresa vencedora o transporte dos itens até as dependências da **CONTRATANTE**, ter conhecimento e cumprir todas as normas que regulamentem o acondicionamento, incluindo-se carga e descarga, **inclusive não admitindo-se cobrança de frete a parte**.

14.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).

14.9. Responsabilizar-se pela qualidade do material fornecido.

14.10. Prestar esclarecimentos à NOVACAP sempre que solicitado.

14.11. A contratada poderá solicitar prorrogação de prazo da entrega do objeto licitado, apresentando as devidas justificativas, cabendo ao executor do contrato, que a submeterá ao Diretor Administrativo ou Diretor da área demandante, cabendo a este último e deliberação acerca da demanda.

14.12. Constituirá descumprimento contratual entregas em desacordo do que o estabelecido no item 2.1.

14.13. Os bens objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal, ou seja de acordo com a Nota de Empenho, constando o número do Edital, o bem, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

14.14. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento dos objetos a serem adquiridos.

DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da entrega do objeto, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e da Lei n° 13.303/2016;

17.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto e do contrato;

17.3. A verificação da adequação da prestação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

17.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na aquisição do objeto, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 13.303/2016;

17.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução do objeto deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

17.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos art. 223 a 238 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap;

17.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 228 do Regulamento de licitações e Contratos da Novacap;

17.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

17.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará a execução do objeto e promoverá a medição do objeto, como forma de aferição da qualidade do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.9.1. A utilização do índice de medição do serviço não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade.

17.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA, materialize a avaliação de desempenho e qualidade da aquisição do objeto.

17.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

DAS CONDIÇÕES PARA ACEITAÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

18.1. A **CONTRATADA**, deverá entregar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a emissão de ordem de compra, o exemplar do objeto para verificação da conformidade com as especificações contida neste Termo de Referência, sendo recebido definitivamente somente após o transcurso do prazo de recebimento provisório sem que seja apontada qualquer inconformidade.

18.2. O prazo para verificação pela CONTRATANTE é de 02 (dois) dias a contar da data de entrega do objeto.

18.3. O prazo de garantia oferecido pela CONTRATADA, terá início na data em que o objeto for recebido definitivamente pela CONTRATANTE.

18.4. No prazo de recebimento provisório, a CONTRATANTE, se reserva no direito de recusar o objeto que considere inadequado e/ou abaixo do padrão de qualidade exigido e a CONTRATADA, ficará obrigada a trocar, a suas expensas, o objeto que vier a ser recusado.

18.5. O bem recusado, por estar em desacordo com as especificações contantes neste Termo de Referência, ou considerado impróprio pela fiscalização da CONTRATANTE, deverá ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo de eventual aplicação de penalidades.

18.6. A CONTRATADA, deverá retirar objeto recusado no momento da entrega do objeto correto, considerando abandonado o que não for recolhido nesta oportunidade.

18.7. A CONTRATANTE, não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo.

18.8. A CONTRATANTE, poderá dar a destinação que julgar conveniente ao objeto abandonado em suas dependências.

18.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

18.10. A nota fiscal deverá estar em nome da CONTRATANTE, e corresponder ao objeto entregue/recebido definitivamente.

18.11. No caso em que seja necessária a substituição da nota fiscal, será estabelecido prazo de 03 (três) dias úteis para a CONTRATADA realizar a substituição da referida nota.

18.12. O valor da nota fiscal deverá ser o mesmo consignado na Ordem de Compra, sem o qual fica impossibilitada a liberação do respectivo pagamento.

DO PRAZO DO PAGAMENTO

19.1.. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado a 30 (trinta) dias contados do atesto da Nota Fiscal, que deverá ser emitido em até 05 (cinco) dias após o recebimento da documentação fiscal. **Não serão admitidas cobranças de frete.**

19.1.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 29 da Lei 13.303/2016, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

19.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto, conforme este Termo de Referência.

19.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 246 do Regulamento e licitações e Contratos da Novacap.

19.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

19.4.1. O prazo de validade;

19.4.2. A data da emissão;

19.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

19.4.4. O período de entrega do objeto;

19.4.5. O valor a pagar; e

19.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

19.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

19.6.1. Não produziu os resultados acordados;

19.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

19.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

19.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, de objeto, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19.16. Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela NOVACAP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à

taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM =

Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso

20. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1 Não se aplica.

21. DA GARANTIA DO CONTRATO

21.1. A garantia da execução do contrato será dispensada em razão de a entrega do bem ocorrer de uma única vez e do baixo valor da aquisição.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. São sanções aplicáveis pela NOVACAP:

I – advertência;

II – multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

22.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

22.3. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas neste REGULAMENTO.

22.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela contratada.

22.5. Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.6. O não pagamento da multa aplicada pela contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

22.7. As sanções previstas nos incisos I e III do item 23.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

22.8. O prazo da sanção prevista no inciso III do caput terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

22.9. A sanção prevista no inciso III do caput implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

22.10. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

23.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

23.4.1. Valor Global: **R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais).**

23.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

Lote 01					
Item	Descrição/Especificação Técnica	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
01	<p>Reservatórios Gradeados: Fabricado em material: PEAD (Polietileno de alta densidade e peso Molecular), Porta-paleta em aço (IBC), Reservatório com graduação e tampa roscada, capacidade 1.000 L, Tampa roscada 6" / com adaptador para tubo ou registro com rosca 2", homologado e Certificado pelo INMETRO, fabricado em material Rígido, garrafa Cor: branca translúcida, grade reforçada, paleta metálico, tampa 150 mm, válvula 2" anti estática com aterramento, rosca grossa padrão American Standard (NPT macho).</p> <p>Dimensões:</p> <p>Altura Grade (A) - 1045 mm</p> <p>Altura Paleta (H) - 120 mm</p> <p>Comprimento (C) - 1200 mm</p> <p>Largura (L) - 1000 mm</p> <p>Capacidade:</p> <p>Capacidade Nominal - 1000 Litros</p> <p>Capacidade Total - 1055 Litros</p>	Unidade	18	1.700,00	30.600,00
Valor Total do Lote					30.600,00

23.5. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço global**.

23.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

24.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), conforme quadro abaixo:**

Lote 01					
Item	Descrição/Especificação Técnica	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
01	<p>Reservatórios Gradeados: Fabricado em material: PEAD (Polietileno de alta densidade e peso Molecular), Porta-paleta em aço (IBC), Reservatório com graduação e tampa roscada, capacidade 1.000 L, Tampa roscada 6" / com adaptador para tubo ou registro com rosca 2", homologado e Certificado pelo INMETRO, fabricado em material Rígido, garrafa Cor: branca translúcida, grade reforçada, paleta metálico, tampa 150 mm, válvula 2" anti estática com aterramento, rosca grossa padrão American Standard (NPT macho).</p> <p>Dimensões:</p> <p>Altura Grade (A) - 1045 mm</p> <p>Altura Paleta (H) - 120 mm</p> <p>Comprimento (C) - 1200 mm</p> <p>Largura (L) - 1000 mm</p> <p>Capacidade:</p> <p>Capacidade Nominal - 1000 Litros</p> <p>Capacidade Total - 1055 Litros</p>	Unidade	18	1.700,00	30.600,00
Valor Total do Lote					30.600,00

25. DA VALIDADE DOS MATERIAIS.

26.1. Os equipamentos deverão ter prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega.

26.2. Caso o produto apresente defeito de fabricação quando em uso, no decorrer do prazo de validade, o fornecedor deverá efetuar a respectiva troca no prazo de até (05) dias úteis, a contar da notificação, sem incidência de quaisquer ônus adicionais à NOVACAP.

27. MATRIZ DE RISCO

27.1. Não foi elaborada a matriz de risco tendo em vista tratar-se de objeto delimitado previamente, com a entrega dos itens e pagamento somente após o recebimento definitivo do objeto.

NATUREZA DO	Nº	DESCRIÇÃO	RESPONSABILIDADE	CAUSA	IMPACTO	NÍVEL	MEDIDA
-------------	----	-----------	------------------	-------	---------	-------	--------

RISCO		DO RISCO				DE RISCO	
Administrativo	1	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Elaborado por:

Eng.º Pedro Paulo C. Isaac
Chefe da DICOR/DE

Engª Daiana de Andrade
Assessora Técnica DICOR/DE
Elaborador

Aprovo o presente Termo de Referência, conforme informações emitidas pela área técnica e demandante.

CARLOS ALBERTO SPIES
Engº Civil CREA 18.126/D-DF
Chefe do Departamento de Edificações - DEDIF

Engº Rubens de Oliveira Pimentel Júnior
Diretor de Edificações



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO CARNEIRO ISAAC - Matr.0973394-9, Chefe da Divisão de Conservação e Reparos**, em 10/09/2021, às 17:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAIANA DE ANDRADE - Matr.0973401-5, Assessor(a).**, em 10/09/2021, às 17:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO SPIES - Matr.0973504-6, Chefe do Departamento de Edificações**, em 10/09/2021, às 18:00, conforme art. 6º do Decreto nº



36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JÚNIOR - Matr.0973384-1, Diretor(a) de Edificações da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 13/09/2021, às 10:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **69732954** código CRC= **3CFE61DE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2417

00112-00018042/2021-08

Doc. SEI/GDF 69732954